

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
MESTRADO PROFISSIONAL
FACULDADE DE DIREITO**

RICARDO FELÍCIO SCAFF

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: O IMPACTO DE SUAS DECISÕES
DE MÉRITO NA ADMINISTRAÇÃO DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS**

**SÃO PAULO
2019**

RICARDO FELICIO SCAFF

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: O IMPACTO DE SUAS DECISÕES
DE MÉRITO NA ADMINISTRAÇÃO DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS**

Tese de mestrado apresentado à Faculdade de
Direito da Fundação Getúlio Vargas como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre.

ORIENTADORA: DRA. VERA MONTEIRO

São Paulo

2019

1. Delimitação do tema, tratamento pretendido e principais questões ou problemas

O Conselho Nacional de Justiça nasceu para o ordenamento jurídico pátrio a partir da emenda constitucional de nº 45. Contudo, há tempos, como será comprovado ao longo da abordagem, o Poder Judiciário tem sido limitado em suas perspectivas constitucionais.

A separação dos poderes, muito estudada pelos filósofos de todas as eras, mas aperfeiçoada a partir da revolução francesa, já trazia a ideia da necessidade de que os três poderes, quais sejam: Executivo, Legislativo e Judiciário, fossem autônomos e independentes.

Na prática, ao longo dos anos, pode-se verificar que tal sistemática não logrou êxito em sua estrutura mais simples, de forma que ao longo do tempo, fez-se necessária a intervenção de um poder no outro para que não houvesse uma força maior na operabilidade estatal.

Notadamente, e este não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, as instituições representativas (executivo e legislativo) têm sido enfraquecidas diante de várias circunstâncias que permeiam o sistema político moderno. Em outras palavras, o executivo e o legislativo, em que pese possuam mandatos eletivos, perderam sua força e não mais são intrínsecos à vontade da população.

Diante dessa perspectiva, o Poder Judiciário ganhou uma grande força, de forma que, no Brasil, diversos cidadãos apoiavam mais as decisões de um juiz do que de um político eleito com a força das urnas.

Esse choque entre os poderes foi percebido e por isso foi criado um órgão de controle das decisões prolatadas pelo poder judiciário no âmbito de sua administração e sem invasão da competência judicante.

Assim foi criado o Conselho Nacional de Justiça.

Uma vez criado, a sua legitimidade fora questionada e continua sendo pelos agentes do poder judiciário, sob o argumento de que o CNJ estaria tolhendo a autonomia organizacional dos poderes judiciais locais e buscando uma unificação de vontades por meio do que fora determinado pelos ministros integrantes do conselho.

Um grande exemplo desse controle é a implementação do sistema eletrônico processual.

O presente trabalho busca verificar os limites de atuação do Conselho Nacional de Justiça na autodeterminação das organizações do Judiciário como um todo. Haveria excessos no exercício da competência do CNJ? Haveria indevida invasão das competências administrativas e violação à autodeterminação dos juízes? O CNJ, em sua atuação como órgão de controle, impacta de forma a modificar a tomada de decisões na gestão administrativa dos presidentes dos tribunais?

2. Formato do trabalho de conclusão

Como já delimitado no tópico anterior, o trabalho propõe uma reflexão acerca do papel do CNJ e quais seriam os impactos trazidos pelas decisões meritórias nas administrações regionais. A partir de então, será realizado um estudo prático de casos concretos para que possamos entender a atuação do CNJ e buscar a *ratio decisionis* por trás dos entendimentos exarados pelo órgão, buscando-se responder aos questionamentos acima elencados.

3. Objetivos pretendidos e resultados esperados

A pesquisa visa à identificação e a solução de questões controversas acerca da importância e do papel do CNJ na organização administrativa dos tribunais regionais, principalmente a partir de uma análise prática sobre o seu papel e sua constituição, bem como a partir de uma análise casuística para buscar entender uma razão de decidir que vem sendo estampada nos seus pareceres, instruções normativas e julgamentos de caso.

A partir de tal pesquisa, espera-se contribuir com sugestões de cunho prático, relacionando o aqui mencionado com casos concretos que poderiam ter decisões distintas.

4. Da relevância prática e do potencial inovador

Conforme mencionado na exposição sobre a limitação do tema, é evidente que o Poder Judiciário está em voga no momento em que as instituições estão ruindo. Dessa forma, cada

tomada de decisão administrativa possui um reflexo direto e indireto na representatividade desse poder que, como já é de conhecimento geral, não possui mandato eletivo.

Seguindo essa linha de raciocínio, em que pese haja um fortalecimento do poder judiciário, há de se convir, também, que este deve ser controlado, sob pena de grave ameaça ao sistema da separação de poderes e do sistema de freios e contrapesos.

Assim, a análise faz-se necessária para que possamos entender o papel do CNJ, suas funções e seu limite de atuação em suas decisões na ingerência na administração dos tribunais regionais, sem que haja demasiada interferência na administração local.

O que verificamos hoje em dia é uma completa ausência de autonomia gerencial e administrativa dos órgãos, de forma que quaisquer de suas decisões ficam pendentes de confirmação pelo órgão central e de controle – o CNJ.

Assim, retira-se a autonomia, bem como ignora-se as circunstâncias locais de cada uma das administrações.

A partir do presente trabalho, busca-se, portanto, emergir com uma proposta de administração mais eficiente e que não tenha a sua atuação prejudicada pelas decisões do CNJ, resguardando, portanto, cada qual a sua competência e autonomia.

5. Fontes de pesquisa e métodos de investigação

Pretende-se, inicialmente, fazer uma breve análise legislativa e histórica da criação e das atribuições do Conselho Nacional de Justiça. Posteriormente, far-se-á uma revisão teórica e doutrinária da doutrina pátria sobre as atribuições do CNJ e da doutrina internacional sobre os seus órgãos parelhos, finalizando a análise com estudos de casos emblemáticos - os quais serão escolhidos com base na monta envolvida, que tragam uma *ratio decisionis* que influenciam direta ou indiretamente na administração dos tribunais regionais.

A pesquisa também abrangerá análise dos precedentes do Supremo Tribunal Federal, bem como de toda a jurisprudência já emanada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Colocando de uma perspectiva pessoal, a experiência do mestrando como magistrado há mais de 15 anos e com a atuação, em sua maioria, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – o

maior tribunal da América Latina, facilitará a análise dos casos pertinentes, uma vez que, guardadas as proporções, este mestrando também é o atual juiz diretor administrativo da comarca de Guarulhos.

No mais, este mestrando também participou ativamente do Conselho Nacional de Justiça, uma vez que já integrou os seus quadros como juiz assessor nas gestões da Ministra Eliana Calmon e João Otávio de Noronha.

6. Bibliografia Preliminar

DA SILVA, Camila Pellegrino Ribeiro. *Judiciário e CNJ: o que mudou nos últimos 10 anos?*. LTCE, 2015;

SOARES, Mirelle Fernandes. *O CNJ e a administração da Justiça Brasileira*. D Placido, 2015

STOCO, Rui e PENALVA, Janaina. *Dez anos de reforma do judiciário e o nascimento do Conselho Nacional de Justiça*. Revista dos Tribunais, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Conselho Nacional de Justiça – fundamentos, processo e gestão*, Saraiva, 2013.

RODOVALHO, Maria Fernanda de Toledo. *Reforma do Poder Judiciário – Análise do papel do STF e do CNJ*, atlas, 2014.

LEWANDOWSKI, Ricardo. *O Conselho Nacional de Justiça e sua atuação como órgão do Poder Judiciário*, quarter latin, 2014.

WERNER, José Guilherme Vasi. *O CNJ e a reconfiguração do campo judiciário*, FGV DIREITO RIO, 2012.

JÚNIOR, Antônio Veloso Peleja. *Conselho Nacional de Justiça e a Magistratura Brasileira*, 2ª ed., Jurua, 2013.

7. Cronograma

ATIVIDADE/ MESES	SET - OUT/2019	NOV - DEZ/2019	JAN - FEV/2020	MAR/ ABR - 2020	MAI - JUN/2020
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO					
FICHAMENTO DOS TEXTOS					
COLETA E ESCOLHA DE JURISPRUDÊNCIA					
MONTAGEM DE BASE EMPÍRICA DE PRECEDENTES					
ORGANIZAÇÃO FINAL					
REDAÇÃO DO TRABALHO					
REVISÃO					
ENTREGA					